



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

## Ficha de unidade curricular

### Mestrado em Direito e Prática Jurídica

#### Unidade curricular

Direito Processual Civil Internacional I - DIA

#### Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular

Isabel Alexandre – 2 horas semanais

#### Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

–

#### Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

Identificar as principais e específicas questões processuais que se colocam nos litígios internacionais de natureza cível; identificar o direito aplicável a essas questões processuais (essencialmente, convenções internacionais e regulamentos europeus); verificar o modo como a jurisprudência portuguesa e europeia têm resolvido essas questões

#### Conteúdos programáticos

1. Introdução ao Direito Processual Civil Internacional
  - 1.1. A conexão transfronteiriça dos litígios civis e comerciais
  - 1.2. Noção de Direito Processual Civil Internacional
  - 1.3. Objeto da unidade curricular de Direito Processual Civil Internacional I
  - 1.4. Direito Processual Civil Internacional e Direito Processual Civil
  - 1.5. Direito Processual Civil Internacional e Direito Processual Civil Europeu
  - 1.6. Direito Processual Civil Internacional e áreas afins
  - 1.7. Princípios do Direito Processual Civil Internacional
  - 1.8. Fontes do Direito Processual Civil Internacional
    - 1.8.1. Internacionais
    - 1.8.2. Europeias
    - 1.8.3. Internas
2. Competência internacional
  - 2.1. Noção
  - 2.2. Figuras afins: jurisdição, competência dos tribunais portugueses face à dos tribunais internacionais e europeus e competência interna
  - 2.3. Classificações: competência internacional direta e indireta, exclusiva e concorrente, legal e convencional
  - 2.4. A competência convencional em particular: os pactos de jurisdição
  - 2.5. Regras de direito internacional sobre a competência internacional
  - 2.6. Regras de direito europeu sobre a competência internacional
    - 2.6.1. Perspetiva geral
    - 2.6.2. Regulamentos 2201/2003 e 2019/1111 (matéria matrimonial e de responsabilidade parental)
    - 2.6.3. Regulamento 4/2009 (obrigações alimentares)
    - 2.6.4. Regulamento 650/2012 (matéria sucessória)
    - 2.6.5. Regulamento 1215/2012 (matéria civil e comercial)
      - 2.6.5.1. Âmbito de aplicação
      - 2.6.5.2. Regra geral e competências especiais
      - 2.6.5.3. Competências exclusivas
    - 2.6.6. Regulamento 2015/848 (insolvências)
    - 2.6.7. Regulamentos 2016/1103 e 2016/1104 (regimes matrimoniais e parcerias registadas)
  - 2.7. Regras do Código de Processo Civil sobre competência internacional
    - 2.7.1. Competência exclusiva dos tribunais portugueses
    - 2.7.2. Critérios da coincidência, da causalidade e da necessidade



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

- 2.8. A incompetência internacional: os regimes de direito internacional, europeu e nacional que lhe são aplicáveis
3. Sujeição à jurisdição
  - 3.1. Noção
  - 3.2. Distinção face à competência internacional
  - 3.3. Imunidades de jurisdição civil: em particular, as dos Estados estrangeiros
  - 3.4. As imunidades de jurisdição civil na jurisprudência internacional, europeia e portuguesa
  - 3.5. Consequências das imunidades de jurisdição civil
4. Litispêndência internacional
  - 4.1. Litispêndência e conexão internacionais: aspetos gerais
  - 4.2. O regime da litispêndência e conexão do Reg. 1215/2012
  - 4.3. Anti-suit injunctions
5. A parte estrangeira
  - 5.1. Especificidades na aferição dos pressupostos processuais relativos às partes
  - 5.2. Tutela coletiva (class actions / collective redress) internacional e europeia
  - 5.3. Proteção jurídica do litigante estrangeiro
6. Exibição de documentos estrangeiros em juízo
  - 6.1. Legalização
  - 6.2. Tradução
7. Cooperação judiciária internacional em matéria civil
  - 7.1. Citações e notificações no estrangeiro
    - 7.1.1. Convenção da Haia de 1965
    - 7.1.2. Regulamento 1393/2007
    - 7.1.3. Regras de direito interno
  - 7.2. Obtenção de prova no estrangeiro
    - 7.2.1. Convenção da Haia de 1970
    - 7.2.2. Regulamento 1206/2001
    - 7.2.3. Regras de direito interno
  - 7.3. Outras formas de cooperação judiciária internacional
8. Procedimentos europeus
  - 8.1. Procedimento europeu de injeção de pagamento
  - 8.2. Processo europeu para ações de pequeno montante
  - 8.3. Procedimento de decisão europeia de arresto de contas
  - 8.4. Procedimento de certificação como Título Executivo Europeu
  - 8.5. Procedimento de emissão de certificado sucessório europeu

#### Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

Os litígios internacionais cíveis colocam problemas processuais específicos, como por ex. o da competência internacional dos tribunais portugueses, o da sujeição de certas entidades estrangeiras à jurisdição portuguesa, o da citação de réus domiciliados no estrangeiro ou o da obtenção de provas no estrangeiro. Estes problemas serão tratados na disciplina, pelo que o Aluno ficará a conhecer as especificidades desses litígios e habilitado a localizar, na vastidão do direito internacional e europeu, o instrumento jurídico aplicável ao caso.

#### Metodologias de ensino (avaliação incluída)

Para além da exposição dos conteúdos da disciplina pela docente (com disponibilização da correspondente legislação, bibliografia e jurisprudência), serão resolvidas hipóteses práticas em aula, estudados e debatidos acórdãos que versam sobre litígios internacionais de natureza cível e, bem assim, feitas apresentações orais, pelos Alunos, de temas por si escolhidos (as quais devem ser suportadas por um pequeno texto/guião da apresentação). A nota da apresentação oral representará 70% da nota da avaliação contínua. A nota da participação em aula representará 20% da nota da avaliação contínua. A assiduidade representará 10% da nota da avaliação contínua.

#### Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

A resolução de hipóteses práticas e o estudo/debate de acórdãos são fundamentais para apreender as especificidades dos litígios internacionais cíveis, face aos litígios meramente internos. Por outro lado, as apresentações orais motivarão os Alunos para a pesquisa de instrumentos jurídicos europeus e internacionais e ajudá-los-ão na



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

consolidação do seu estudo e na aquisição de competências de investigação científica. Finalmente, a exposição dos conteúdos da disciplina pela docente permitirá a sistematização e a orientação do estudo dos Alunos.

### Bibliografia principal

Nota: A bibliografia a seguir referenciada será complementada, nas aulas práticas, por outras referências bibliográficas, designadamente para o efeito da investigação a realizar pelos Alunos sobre temas por si escolhidos e a apresentar em aula.

#### **Bibliografia portuguesa de âmbito geral sobre Direito Processual Civil Internacional (DPCI)**

- BRITO, Maria Helena, Direito Internacional Privado sob influência do Direito Europeu, Âncora Editora, 2017
- FREITAS, José Lebre de / ALEXANDRE, Isabel, Código de Processo Civil anotado, vols. 1º e 2º, 4ª ed., Coimbra, Almedina, 2018 (1º vol.) e 2019 (2º vol.)
- MENDES, João de Castro,  
– Direito processual civil, Iº e IIº vols., Lisboa, AAFDL, 1987;
- RAMOS, Rui Moura  
– A reforma do direito processual civil internacional, Coimbra, Coimbra Editora, 1998;  
– Estudos de Direito Internacional Privado e de Direito Processual Civil Internacional, vols. I e II, Coimbra, Coimbra Editora, 2002 (vol. I) e 2007 (vol. II);  
– “O direito processual civil internacional no novo Código de Processo Civil”, in RLJ, ano 143º, n.º 3983, 2013, pp. 95-96;  
– “O direito processual civil internacional nas recentes codificações portuguesa e brasileira”, in BFDUC, vol. 93, tomo 2, 2017, pp. 57-88
- REIS, José Alberto dos,  
– Código de Processo Civil anotado, 3ª ed., vol. I, Coimbra, Coimbra Editora, 1948;  
– Comentário ao Código de Processo Civil, vols. 1º, 2ª ed., e 2º, Coimbra, Coimbra Editora, 1960 (vol 1º) e 1945 (vol. 2º)
- RIBEIRO, António da Costa Neves, Processo civil da União Europeia: principais aspectos – textos em vigor, anotados, 2 vols., Coimbra, Coimbra Editora, 2002 (1º vol.) e 2006 (2º vol.)
- SANTOS, António Marques dos, Estudos de Direito Internacional Privado e de Direito Processual Civil Internacional, Coimbra, Almedina, 1998
- SOUSA, Miguel Teixeira de,  
– Estudos sobre o novo processo civil, 2ª ed., Lisboa, Lex, 1997;  
– Direito Processual Civil Europeu, Provas de habilitação ao título de professor agregado (Relatório), Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 2003
- VICENTE, Dário Moura,  
– Direito internacional privado (Ensaio), 4 vols., Coimbra, Almedina, 2002 (vol. I), 2005 (vol. II), 2010 (vol. III) e 2018 (vol. IV)

#### **Bibliografia estrangeira de âmbito geral sobre DPCI**

- BIAVATI, Paolo, Diritto processuale civile dell'Unione europea, 5ª ed., Milano, Giuffrè, 2015
- CAPONI, Remo, “Transnational Litigation and Elements of Fair Trial”, in Revista Eletrônica de Direito Processual, vol. 16, n.º 16, 2015 (disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/redp/article/view/19974>)
- Cross-Border Litigation in Europe, Paul Beaumont, Mihail Danov, Katarina Trimmings, Burcu Yüksel (ed.), Hart Publishing, 2017
- JUNKER, Abbo, Internationales Zivilprozessrecht, 4ª ed., München, C.H.Beck, 2019
- LINKE, Hartmut / HAU, Wolfgang, Internationales Zivilprozessrecht, 7ª ed., Köln, Otto Schmidt, 2018
- SCHACK, Haimo, Internationales Zivilverfahrensrecht mit internationalem Insolvenzrecht und Schiedsverfahrensrecht, 7ª ed., München, C.H. Beck, 2017
- STORSKRUBB, Eva, Civil Procedure and EU Law: a Policy Area Uncovered, Oxford University Press, 2008
- VIRGÓS SORIANO, Miguel / GARCIMARTÍN ALFÉREZ, Francisco J., Derecho procesal civil internacional: litigación internacional, 2ª ed., Madrid, Editorial Civitas, 2007

#### **Bibliografia portuguesa sobre Introdução ao DPCI (pontos 1.1. a 1.6. do programa)**

COLLAÇO, Isabel de Magalhães, Direito internacional privado, vol. II, parte I, Título I “Estrutura da norma de conflitos de leis” e Título II “A teoria da interpretação e aplicação da norma de conflitos” (Lições proferidas no ano lectivo de



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

1966-1967), Lisboa, 1967

MACHADO, João Baptista, Âmbito de eficácia e âmbito de competência das leis (Limites das leis e conflitos de leis), Coimbra, Almedina, 1970

PINHEIRO, Luís de Lima, “A triangularidade do Direito Internacional Privado – Ensaio sobre a articulação entre o Direito de Conflitos, o Direito da Competência Internacional e o Direito de Reconhecimento”, in Estudos em homenagem à Professora Doutora Isabel de Magalhães Collaço, vol. I, Coimbra, Almedina, 2002, pp. 311-378

RAMOS, Rui Moura, “L’Adhésion du Portugal aux conventions communautaires en matière de droit international privé”, in BFDUC, vol. 43, 1987, pp. 75-107

#### **Bibliografia estrangeira sobre Introdução ao DPCI (pontos 1.1. a 1.6. do programa)**

GASCÓN INCHAUSTI, Fernando, Derecho europeo y legislación procesal civil nacional: entre autonomía y armonización, Madrid, Marcial Pons, 2018

HESS, Burkhard, Harmonized Rules and Minimum Standards in the European Law of Civil Procedure, 2016 (disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/supporting-analyses>)

LOPES PEGNA, Olivia, “La nozione di controversia "transfrontaliera" nel processo di armonizzazione delle norme di procedura civile degli Stati membri dell' Unione europea”, in RDIPP, 2018, pp. 922-943

MANKO, Rafal, Europeanisation of civil procedure: Towards common minimum standards?, EPRS, 2015 (disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/thinktank>)

MEDINA ORTEGA, Manuel, “La armonización del Derecho procesal civil europeo”, in Anuario español de derecho internacional privado, 2016, pp. 591-609

#### **Bibliografia sobre princípios do DPCI**

HAZARD Jr., Geoffrey C., Civil Procedure Rules for European Courts, in Judicature, vol. 100, n.º 2, 2016, pp. 58-64 (disponível em: [https://repository.uchastings.edu/faculty\\_scholarship/1323](https://repository.uchastings.edu/faculty_scholarship/1323))

LEANDRO, Antonio, “L’equo processo nel diritto processuale civile internazionale europeo”, in RDIPP, 2016, pp. 22-73

MOSCHEN, Valesca Raizer Borges / BARBOSA, Luiza Nogueira, “O processo civil internacional no CPC/2015 e os Princípios ALI/UNIDROIT do processo civil transnacional: uma análise de consonância da harmonização processual”, in Revista Eletrônica de Direito Processual – REDP, Ano 12, vol. 19, n.º 2, 2018, pp. 200-228 (disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/redp/index>)

SALERNO, Francesco, “Competenza giurisdizionale, riconoscimento delle decisioni e diritto al giusto processo nella prospettiva europea”, in RDIPP, vol. 47, n.º 4, 2011, pp. 895-938

#### **Bibliografia portuguesa sobre competência internacional (Em geral)**

ALMEIDA, José Carlos Moitinho de, “A Convenção de 27 de Setembro de 1968 sobre competência judiciária e execução de decisões em matéria civil e comercial e os actos a ela relativos nos seus reflexos na ordem jurídica portuguesa”, in Documentação e Direito Comparado, n.º 4, 1980, pp.137-179

CAMPOS, João Mota de, “Um instrumento jurídico de integração europeia – A Convenção de Bruxelas de 27 de Setembro de 1968 sobre Competência Judiciária, Reconhecimento e Execução das Sentenças”, in Documentação e Direito Comparado, n.º 22, 1985, pp. 73-235

GONÇALVES, Anabela Susana de Sousa, “A revisão do Regulamento Bruxelas I relativo à competência judiciária, ao reconhecimento e à execução de decisões em matéria civil e comercial”, in Estudos em comemoração dos 20 anos da Escola de Direito da Universidade do Minho, Coimbra, Coimbra Editora, 2014, pp. 39-59

GONÇALVES, Marco Carvalho, “Competência judiciária na União Europeia”, in Scientia Iuridica, tomo 64, n.º 339, 2015, pp. 417-448

MACHADO, João Baptista, “La compétence internationale en droit portugais”, in BFDUC, vol. 41, 1965, pp. 97-115

MESQUITA, Maria José Rangel de, O sistema jurisdicional após o Tratado de Lisboa, Instituto de Ciências Jurídico-Políticas (disponível em: <http://www.icjp.pt/estudos-e-artigos/1/34>);

PIÇARRA, Nuno / COUTINHO, Francisco Pereira, A europeização dos tribunais portugueses, Instituto Português de Relações Internacionais, Working Paper n.º 18, 30/11/2006 (disponível em: <http://www.ipri.pt>)

PINHEIRO, Luís de Lima, Direito Internacional Privado, vol. III – tomo I (Competência Internacional), Lisboa, AAFDL, 2019

RAMOS, Rui Moura

– “La Convention de Bruxelles après la Convention d’adhésion du Portugal et de l’Espagne”, in BFDUC, vol. 45, 1989, pp. 29-59;

– “A permanência do direito processual civil internacional português: competência internacional dos tribunais portugueses e reconhecimento das sentenças estrangeiras no tempo de Machado Villela e no Código de Processo Civil



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

actual”, in *Ab vno ad omnes: 75 anos da Coimbra Editora*, Coimbra, Coimbra Editora, 1995, pp. 863-892;  
– “Competência judicial e execução das decisões na União Europeia. A reformulação do Regulamento Bruxelas I pelo Regulamento (UE) n.º 1215/2012, de 12 de Dezembro de 2012”, in *Estudos em memória do Conselheiro Artur Maurício, Maria João Antunes (org.)*, Coimbra, Coimbra Editora, 2014, pp. 1269-1300;  
– “La Convention de Bruxelles, un demi-siècle après”, in *Revue crit.*, 2018, n.º 3, pp. 515-519  
SANTOS, Eduardo dos, *Sobre a Convenção de Bruxelas relativa à competência judiciária, e à execução de decisões em matéria civil e comercial*, 2ª ed., Rei dos Livros, 1998  
SILVA, Paula Costa e, “A longa vacatio legis da Convenção de Bruxelas”: anotação aos acórdãos do Supremo Tribunal de Justiça, de 10 de Julho de 1997 e de 5 de Novembro de 1998”, in *ROA*, 1998, ano 58, vol. III, pp. 1233-1246  
SOUSA, Miguel Teixeira de,  
– *A competência declarativa dos tribunais comuns*, Lisboa, Lex, 1994;  
– / VICENTE, Dário Moura, *Comentário à Convenção de Bruxelas de 27 de Setembro de 1968 Relativa à Competência Judiciária e à Execução de Decisões em Matéria Civil e Comercial e Textos Complementares*, Lisboa, Lex, 1994;  
– “Âmbito de aplicação do regulamento n.º 44/2001 de 22 de Dezembro de 2000 (Regulamento Bruxelas I)”, in *Estudos em homenagem à Professora Doutora Isabel de Magalhães Collaço*, vol. II, Coimbra, Almedina, 2002, pp. 675-691  
VICENTE, Dário Moura, “Da aplicação no tempo e no espaço das Convenções de Bruxelas de 1968 e de Lugano de 1988 (Anotação de jurisprudência)”, in *RFDUL*, 1994, pp. 472-485  
VILLELA, Álvaro da Costa Machado, “Notas sobre a competência internacional no novo Código de Processo Civil”, in *BFDUC*, vols. 17 e 18, 1940-1941, pp. 274-346 e 1-70

#### **Bibliografia estrangeira sobre competência internacional (Em geral)**

Brussels Ibis Regulation – Commentary, Ulrich Magnus / Peter Mankowski (ed.), Köln, Otto Schmidt, 2016  
Cross-border Litigation in Europe: the Brussels I Recast Regulation as a panacea?, Franco Ferrari / Francesca Ragno (ed.), Wolters Kluwer – Cedam, 2015  
FRAGISTAS, Ch. N., “La compétence internationale en droit privé”, in *Recueil des Cours*, tomo 104, 1961, pp. 159-271  
GAUDEMET-TALLON, Hélène/ ANCEL, Marie-Élodie, *Compétence et exécution des jugements en Europe / Règlements 44/2001 et 1215/2012 / Conventions de Bruxelles (1968) et de Lugano (1988 et 2007)*, 6.ª ed., Paris, LGDJ, 2018  
HARTLEY, Trevor, *Civil Jurisdiction and Judgments in Europe: The Brussels I Regulation, the Lugano Convention, and the Hague Choice of Court Convention*, Oxford, Oxford University Press, 2017  
LUPOI, Michele Angelo,  
– *Conflitti transnazionali di giurisdizioni*, tomo I (Policies, metodi, criteri di collegamento), Milano, Giuffrè, 2002;  
– “Regolamento (UE) n. 1215/2012 del Parlamento europeo e del Consiglio del 12 dicembre 2012 concernente la competenza giurisdizionale, il riconoscimento e l’esecuzione delle decisioni in materia civile e commerciale”, in Carpi, F./Taruffo, M. (ed.), *Commentario breve al codice di procedura civile*, Padova, Cedam, 2013, pp. 137-177  
MANN, Frederik A., “The Doctrine of International Jurisdiction Revisited After Twenty Years”, in *Recueil des Cours*, tomo 186, 1984, pp. 9-115  
MAYER, Pierre, “Doit international privé et droit international public sous l’angle de la notion de compétence”, in *Revue crit.*, 1979, n.º s 1 a 3, pp. 1-29, 349-388 e 537-583  
POCAR, Fausto, *La Convenzione di Bruxelles sulla giurisdizione e l’esecuzione delle sentenze*, 3ª ed., Milano, Giuffrè, 1995

#### **Bibliografia portuguesa sobre competência internacional (Pactos de jurisdição)**

CORREIA, Raquel Ferreira, “Convenção da Haia sobre acordos de eleição de foro: o primeiro passo a meio do caminho”, in *125 anos da Conferência da Haia de Direito Internacional Privado (HCCH)*, Direção-Geral da Política da Justiça, e-book, outubro 2018, pp. 40-46 (disponível em: <http://www.dgpj.mj.pt/sections/noticias/e-book-2018-os-125-anos>)  
HENRIQUES, Sofia, *Os pactos de jurisdição no Regulamento (CE) n.º 44/2001*, Lisboa, Coimbra Editora, 2006  
MACHADO, João Baptista, “Pactos privativos de jurisdição”, in *Obra dispersa*, vol. I, Braga, Scientia Iuridica, 1991, pp. 731-751  
MOREIRA, Porfírio, “A internacionalização de situações internas no direito internacional privado unificado da União Europeia. Tendências jurisprudenciais recentes”, in *e-Pública*, vol. 5, n.º 1, Janeiro 2018, pp. 302-335 ([www.e-publica.pt](http://www.e-publica.pt))  
RIBEIRO, António Sequeira, “Sobre os pactos de jurisdição na Convenção de Bruxelas de 1968: uma breve abordagem ao art. 17º”, in *RFDUL*, vol. 37, n.º 2, 1996, pp. 407-452  
ROCHA, Maria Victória Ferreira da, “Competência internacional e autonomia privada: pactos privativos e atributivos de jurisdição no direito português e na Convenção de Bruxelas de 27-9-1968”, in *Revista de Direito e Economia*, ano





FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

13, 1987, pp. 161-234

VOUGA, Rui Torres, "O novo regime jurídico dos pactos de jurisdição (à luz do artigo 25.º do Regulamento BRUXELAS I revisto [Regulamento (UE) n.º 1215/2012, de 12 de Dezembro de 2012]), in Revista do CEJ, 2018, I, pp. 65-118

**Bibliografia estrangeira sobre competência internacional (Pactos de jurisdição)**

BASEDOW, Jürgen, "Exclusive Choice-of-Court Agreements as a Derogation from Imperative Norms", in Essays in Honour of Michael Bogdan, Patrik Lindskoug / Ulf Maunsbach / Göran Millqvist / Per Samuelsson / Hans-Heinrich Vogel (ed.), Lund, Juristförlaget, 2013, pp. 15-31 (disponível em: <https://ssrn.com/abstract=2390620>)

HARTLEY, Trevor, Choice-of-court Agreements under the European and International Instruments, Oxford, Oxford University Press, 2013

KRAMER, Xandra E. / THEMELI, Erlis, The Party Autonomy Paradigm: European and Global Developments on Choice of Forum, 2016 (disponível em: <https://ssrn.com/abstract=2696462> ou <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2696462>)

**Bibliografia portuguesa sobre competência internacional (Providências cautelares)**

SOUSA, Miguel Teixeira de, "Competência internacional; arresto de créditos" (28/09/2014) (disponível em: <https://blogippc.blogspot.pt>)

**Bibliografia estrangeira sobre competência internacional (Providências cautelares)**

CALVO CARAVACA, Alfonso Luis / CARRASCOSA GONZÁLEZ, Javier, "Medidas provisionales y cautelares y Reglamento Bruselas I-bis", in RDIPP, vol. 51, n.º 1, 2015, pp. 55-78

HONORATI, Costanza, "Provisional Measures and the Recast of Brussels I Regulation: A Missed Opportunity for a Better Ruling", 2014 (disponível em: <https://ssrn.com/abstract=2443137>)

**Bibliografia portuguesa sobre competência internacional (Matéria matrimonial e de responsabilidade parental / Regimes matrimoniais / Efeitos patrimoniais das parcerias registadas)**

ALMEIDA, João Gomes de, O divórcio em Direito Internacional Privado, Coimbra, Almedina, 2017

BRITO, Maria Helena

– "O regulamento (CE) n.º 2201/2003 do Conselho de 27 de Novembro de 2003, relativo à competência ao reconhecimento e à execução de decisões em matéria matrimonial e em matéria de responsabilidade parental", in Estudos em memória do Professor Doutor António Marques dos Santos, vol. I, Coimbra, Almedina, 2005, pp. 305-356;

– "Descrição breve do regulamento (CE) n.º 2201/2003 do Conselho, de 27 de Novembro de 2003, relativo à competência, ao reconhecimento e à execução de decisões em matéria matrimonial e em matéria de responsabilidade parental", in Seminário internacional sobre a comunitarização do direito internacional privado (org. Luís de Lima Pinheiro), Coimbra, Almedina, 2005, pp. 127-148

FIALHO, António José, "A competência internacional dos tribunais portugueses em matéria de responsabilidade parental", in Julgar, n.º 37 (jan./abr. 2019), pp. 13-35

GONÇALVES, Anabela Susana de Sousa,

– "O Regulamento Europeu sobre Regimes Matrimoniais", in CDP, n.º 60, out.-dez. 2017, pp. 20-37;

– "Proposta de alteração do regulamento relativo à competência, ao reconhecimento e à execução de decisões em matéria matrimonial e em matéria de responsabilidade parental (Bruxelas II bis)", in Revista do Ministério Público, ano 39, n.º 156 (out.-dez. 2018), pp. 91-121

RAMOS, Rui Moura, "A especificidade dos efeitos patrimoniais das parcerias registadas no direito internacional privado da União Europeia", in RLJ, ano 148º, n.º 4014, 2019, pp. 134-146

PINHEIRO, Luís de Lima, "Competência internacional em matéria de responsabilidade parental e medidas de proteção de crianças perante o Regulamento Bruxelas II bis e a Convenção da Haia de 1996", in ROA, ano 76, Jan./Dez. 2016, pp. 47-61

SILVA, Paula Costa e, A jurisdição nas relações entre Portugal e a Santa Sé: os regulamentos (CE) n. 1347/2000 e n. 2201/2003 e a Concordata, Coimbra, Coimbra Editora, 2004

**Bibliografia estrangeira sobre competência internacional (Matéria matrimonial e de responsabilidade parental / Regimes matrimoniais / Efeitos patrimoniais das parcerias registadas)**

Brussels Ibis Regulation – Commentary, Ulrich Magnus / Peter Mankowski (ed.), Köln, Otto Schmidt, 2017

LAGARDE, Paul, "Règlements 2016/1103 et 1104 du 24 juin 2016 sur les régimes matrimoniaux et sur le régime patrimonial des partenariats enregistrés", in RDIPP, vol. 52, n.º 3, 2016, pp. 676-686

PEITEADO MARISCAL, Pilar, "Competencia internacional por conexión en materia de régimen económico matrimonial y de efectos patrimoniales de uniones registradas. Relación entre los Reglamentos UE 2201/2003, 650/2012,



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

1103/2016 y 1104/2016”, in CDT, vol. 9, n.º 1, 2017, pp. 300-326 (disponível em: <https://e-revistas.uc3m.es/index.php/CDT/article/view/3623/2192>)

**Bibliografia portuguesa sobre competência internacional (Matéria de obrigações alimentares)**

MARINHO, Carlos Manuel Gonçalves de Melo, “O Regulamento (CE) n.º 4/2009 do Conselho de 18 de Dezembro de 2008, relativo à competência, à lei aplicável, ao reconhecimento e à execução das decisões e à cooperação em matéria de obrigações alimentares”, in Revista do CEJ, 2014, II, pp. 115-132

**Bibliografia estrangeira sobre competência internacional (Matéria de obrigações alimentares)**

POCAR, Fausto / VIARENGO, Ilaria, “Il regolamento (CE) n. 4/2009 in materia di obbligazioni alimentari”, in RDIPP, 2009, pp. 805-828

**Bibliografia portuguesa sobre competência internacional (Matéria sucessória)**

GONÇALVES, Anabela Susana de Sousa, “As linhas gerais do Regulamento Europeu sobre Sucessões”, in CDP, n.º 52, out./dez. 2015, pp. 3-19

PEREIRA, Joel Timóteo, “Competência em matéria sucessória – novas regras de sucessão internacional por morte”, in Revista do CEJ, 2014, II, pp. 11-26

PISSARRA, Nuno Andrade / ALMEIDA, João Gomes de, “Breves notas sobre o novo Direito da Competência Internacional em matéria sucessória”, in Estudos em homenagem ao Professor Doutor Carlos Pamplona Corte-Real, Coimbra, Almedina, 2016, pp. 289-313

**Bibliografia estrangeira sobre competência internacional (Matéria sucessória)**

FERACI, Ornella, “La nuova disciplina europea della competenza giurisdizionale in materia di successioni mortis causa”, in CDT, vol. 5, n.º 2, 2013, pp. 291-314 (disponível em: <https://e-revistas.uc3m.es/index.php/CDT/article/view/1818/849>)

PAMBOUKIS, Haris, EU Succession Regulation No 650/2012 / A Commentary, C.H. Beck/Hart/Nomos, 2017

SÁNCHEZ ARISTI, Rafael, “El Reglamento (UE) n.º 650/2012, del Parlamento Europeo y del Consejo, de 4 de julio de 2012, relativo a la competencia, la ley aplicable, el reconocimiento y la ejecución de las resoluciones, a la aceptación y la ejecución de los documentos públicos en materia de sucesiones mortis causa y a la creación de un certificado sucesorio europeo”, in Actualidad Jurídica Uría Menéndez, n.º 42, 2016, pp. 95-103

SANDRINI, Lidia, “Nuove prospettive per una piu efficace cooperazione giudiziaria in materia civile: Il regolamento (ue) n. 655/2014”, in RDIPP, vol. 53, n.º 2, 2017, pp. 283-355

**Bibliografia sobre competência internacional (Forum non conveniens)**

HESS, Burkhard / MANTOVANI, Martina, Current developments in forum access: Comments on jurisdiction and forum non conveniens – European perspectives on human rights litigation, MPILux Research Paper Series, 2019 (1) (disponível em: <https://www.mpi.lu/research/working-paper-series/>)

**Bibliografia portuguesa sobre competência internacional (Outras matérias)**

FREITAS, José Lebre de, “O domicílio como critério de competência internacional em caso de intervenção principal”, in CDP, n.º 8, Out./Dez. 2004, pp. 3-13

PINHEIRO, Luís de Lima, “A competência internacional exclusiva dos tribunais portugueses”, in Estudos em memória do Prof. Doutor José Dias Marques, Coimbra, Almedina, 2007, pp. 593-686

SOUSA, Miguel Teixeira de, “A competência exclusiva dos tribunais portugueses e o reconhecimento de decisões estrangeiras – Ac. do STJ de 13.1.2005, Rec. 3808/04”, in CDP, n.º 16, Out./Dez. 2006, pp. 24-27

**Bibliografia estrangeira sobre competência internacional (Outras matérias)**

BIAGIONI, Giacomo, “Alcuni caratteri generali del forum necessitatis nello spazio giudiziario europeo”, in CDT, vol. 4, n.º 1, 2012, pp. 20-36 (disponível em: <https://e-revistas.uc3m.es/index.php/CDT>)

FERNÁNDEZ ARROYO, Diego P., “Compétence exclusive et compétence exorbitante dans les relations privées internationales”, in Recueil des Cours, tomo 323, 2006, pp. 9-259

GARCIMARTIN, Francisco, The EU Insolvency Regulation Recast: Scope and Rules on Jurisdiction, 2016 (disponível em: <https://ssrn.com/abstract=2752412> ou <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2752412>)

LUPOI, Michele Angelo, “Attività online e criteri di collegamento giurisdizionale”, in RTDPC, 2018, pp. 509-534

SYMEONIDES, Symeon, “The Brussels I Regulation and Third Countries”, 2018 (disponível em: <https://ssrn.com/abstract=3231715>)



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

### **Bibliografia portuguesa sobre imunidades de jurisdição**

BRITO, Wladimir, "Imunidades dos Estados", in Anuário Português de Direito Internacional, Lisboa, 2012-2011, pp. 117-125

MARTINS, Margarida Salema de Oliveira,

– "Comentário ao acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa relativo ao processo 137/06.2TVLSB.L1-7", in Anuário Português de Direito Internacional, Lisboa, 2011, pp. 107-115;

– "Imunidade jurisdicional do Estado-Contratação de funcionária venezuelana para o Consulado da Venezuela no Funchal : comentário ao acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 16 de maio de 2012", in Anuário Português de Direito Internacional, Lisboa, 2012, pp. 35-43

MIZARELA, Joana, "O regime internacional de imunidades de Estados - a citação do Estado estrangeiro", in Anuário Português de Direito Internacional, Lisboa, 2012, pp. 45-60

### **Bibliografia estrangeira sobre imunidades de jurisdição**

BENLOLO-CARABOT, Myriam, "Les immunités des Communautés européennes", in Annuaire français de droit international, vol. 54, 2008, pp. 549-588

BORRÁS, Alegría, "Inmunidad de los Estados y competencia universal en material civil", in Cuadernos de la Escuela Diplomática, n.º 55, 2016, pp. 59-77 (disponível em:

<http://www.exteriores.gob.es/Portal/es/Ministerio/EscuelaDiplomatica/Paginas/Biblioteca.aspx>)

FOX, Hazel / WEBB, Philippa, The Law of State Immunity, 3ª ed., Oxford University Press, New York, 2013

GUTIÉRREZ ESPADA, Cesáreo, "La inmunidad de jurisdicción del Estado (Alcance y excepciones)", in Cuadernos de la Escuela Diplomática, n.º 55, 2016, pp. 41-58 (disponível em:

<http://www.exteriores.gob.es/Portal/es/Ministerio/EscuelaDiplomatica/Paginas/Biblioteca.aspx>)

PANTOPOULOU, Elena- Dimitra, "State Immunity: a Tricky Obstacle in Redressal of Human Rights Violations", in The Elsa Law Review, 2016, n.º 1, pp. 75-90

WEBB, Philippa, "A Moving Target: The Approach of the Strasbourg Court to Immunity", in The European Convention on Human Rights and General International Law, Anne van Aaken / Iulia Motoc (ed.), Oxford / New York, Oxford University Press, 2018, pp. 251-263

### **Bibliografia portuguesa sobre a litispendência e conexão internacionais**

SOUSA, Miguel Teixeira de

– "Litispendência e compensação no processo civil europeu: Acórdão do Tribunal de Justiça (Quinta Secção) de 8.5.2003, Proc. C-111/01", in CDP, n.º 3, Jul./Set. 2003, pp. 25-39;

– "A incompatibilidade das anti-suit injunctions com o Regulamento (CE) n.º 44/2001 - Anotação ao acórdão do Tribunal de Justiça de 10/2/2009 (C-185/07, Allianz e Generali v. West Tankers)", in CDT, vol. 2, n.º 1, 2010, pp. 419-426 (disponível em: <https://e-revistas.uc3m.es/index.php/CDT/article/view/111/109>)

VASCONCELOS, Joana, "Conexão e competência judiciária na Convenção de Bruxelas de 27 de Setembro de 1968", in O Direito, ano 126, n.ºs 1-2 (Jan-Jun 1994) e n.ºs 3-4 (Jul-Dez 1994), pp. 209-263 e pp. 531-574

### **Bibliografia estrangeira sobre a litispendência e conexão internacionais**

FRANZINA, Pietro, "Lis Pendens Involving a Third Country under the Brussels I-bis Regulation: An Overview", in RDIPP, 2014, pp. 23-42

KASTANIDIS, Athanasios T., "La litispendence internationale au regard du règlement (UE) 1215/2012", in Revue critique de droit internationale privé, vol. 104, 2015, pp. 579-588

LUPOI, Michele Angelo

– Conflitti transnazionali di giurisdizioni, tomo II (Parallel Proceedings), Milano, Giuffrè, 2002;

– "La nuova disciplina della litispendenza e della connessione tra cause nel regolamento Ue n. 1215 del 2012", in RTDPC, 2013, pp. 1425-1440;

ORTOLANI, Pietro, Anti-suit Injunctions in Support of Arbitration under the Recast Brussels I Regulation, MPILux Working Paper, 2015 (disponível em: <https://www.mpi.lu/research/working-paper-series/>)

ROSENDE VILLAR, Cecilia, "Litispendencia y conexidad internacionales y sus últimas reformas legislativas europea y española", in Anuario español de derecho internacional privado, 2016, pp. 347-374

SCHLOSSER, Peter, "Anti-suit injunctions a sostegno dell'arbitrato internazionale (in margine ad House of Lords, 21 febbraio 2007, West Tankers, Inc. v. RAS spa and others)", Int'l Lis, 2007, n.º 2, pp. 96-102

SUDEROW, Julia, "Nuevas normas de litispendencia y conexidad para Europa: ¿el ocaso del torpedo italiano? ¿flexibilidad versus previsibilidad?", in CDT, vol. 5, n.º 1, 2013, pp. 184-198 (disponível em: <https://e->





FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

revistas.uc3m.es/index.php/CDT/article/view/1717/792)

**Bibliografia sobre a parte estrangeira (Em geral)**

GOTTWALD, Peter, "Die Stellung des Ausländers im Prozess", in Grundfragen des Zivilprozessrechts: Die internationale Dimension, Habscheid, Walther J. /Beys, Kostas E. (ed.), Bielefeld, Giesecking, 1991, pp. 3-99

**Bibliografia sobre a parte estrangeira (patrocínio judiciário)**

VASCONCELOS, Rita Leandro, "A livre circulação dos advogados na Comunidade Europeia", in RFDUL, vol. 42, n.º 2, 2001, pp. 1205-1259

**Bibliografia sobre tutela coletiva internacional**

AMARO, Rafael, e outros, Collective redress in the Member States of the European Union, outubro de 2018, in <http://www.europarl.europa.eu/supporting-analyses>

BIARD, Alexandre / KRAMER, Xandra E., "The EU Directive on Representative Actions for Consumers: a Milestone or Another Missed Opportunity?", in ZeuP, 2019, pp. 249-259

**Bibliografia sobre proteção jurídica do litigante estrangeiro**

FRANZINA, Pietro, "I costi del processo nello spazio giudiziario europeo: considerazioni alla luce della sentenza «Weryński»", in RDIPP, vol. 47, n.º 3, 2011, pp. 675-696

**Bibliografia sobre exibição de documentos estrangeiros**

ADAMS, James W., Jr., "The Apostille in the 21st century: international document certification and verification", in Houston Journal of International Law, jun. 22, 2012 (disponível em: [https://www.thefreelibrary.com/The Apostille in the 21st century: international document...-a0309588512](https://www.thefreelibrary.com/The+Apostille+in+the+21st+century:+international+document...-a0309588512))

VETTOREL, Arianna, "La circolazione dei documenti pubblici stranieri dopo il regolamento (UE) n. 2016/1191", in RDIPP, vol. 52, n.º 4, 2016, pp. 1060-1075

**Bibliografia portuguesa sobre cooperação judiciária internacional em matéria civil (Em geral)**

BRITO, Maria Helena, "Cooperação judiciária em matéria civil. Uma perspectiva geral", in 50 Anos Tratado de Roma, 1957-2007, (coord. Marta Tavares de Almeida, Nuno Piçarra), Lisboa, Âncora, 2008, pp. 163-198

MARINHO, Carlos Manuel Gonçalves de Melo, Textos de cooperação judiciária europeia em matéria civil e comercial, Coimbra, Coimbra Editora, 2008

**Bibliografia estrangeira sobre cooperação judiciária internacional em matéria civil (Em geral)**

BORRÁS, Alegría, "Aspectos generales de la cooperación en materia civil", in La cooperación en materia civil en la Unión Europea: Textos y Comentarios, Aranzadi, Navarra, 2009, pp. 25-46

FRIGO, Manlio / FUMAGALLI, Luigi, L'assistenza giudiziaria internazionale in materia civile: notificazione, assunzione di prove, informazioni sul diritto straniero, Padova, Cedam, 2003

SCHLOSSER, Peter, "Jurisdiction and International Judicial and Administrative Co-operation", in Recueil des Cours, tomo 284, 2000, pp. 9-418

STADLER, Astrid, "Practical Obstacles in Cross-Border Litigation and Communication Between (EU) Courts", in Erasmus Law Review, 2012, vol. 5, 3, pp. 151-167

**Bibliografia portuguesa sobre cooperação judiciária internacional em matéria civil (Citações e notificações no estrangeiro)**

CASANOVA, José Fernando de Salazar, "Regulamento (CE) n.º 1348/2000 do Conselho, de 29 de Maio de 2000: Princípios e aproximação à realidade judiciária", in ROA, ano 62, n.º 3, 2002, pp. 777-804

MARINHO, Carlos Manuel Gonçalves de Melo, "As citações e notificações no espaço europeu comum", in Julgar, n.º 14, 2011, pp. 29-46

OLIVEIRA, Sofia Teresa Borges de, As citações e notificações de atos judiciais e extrajudiciais nos termos do Regulamento (CE) n.º 1393/2007 – em especial, a via postal, Escola de Direito da Universidade do Minho, 2015 (disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/39168>)

**Bibliografia estrangeira sobre cooperação judiciária internacional em matéria civil (Citações e notificações no estrangeiro)**

CAPONI, Remo, "Le notificazioni all'estero in materia civile e commercial", 2003 (disponível em:



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

<https://www.academia.edu>)

CARRILLO POZO, Luis Francisco / ELVIRA BENAYAS, María Jesús, Instrumentos procesales de la UE. Los reglamentos sobre notificaciones y obtención de pruebas, Granada, Comares, 2013

DOMINELLI, Stefano, Current and Future Perspectives on Cross-Border Service of Documents, Aracne Editrice, 2018 (disponível em: <https://ssrn.com/abstract=3259980>)

ELVIRA BENAYAS, María Jesús, “La notificación en el extranjero de documentos extrajudiciales: los documentos privados”, in CDT, vol. 10, n.º 2, 2018, pp. 827-835 (disponível em: <https://e-revistas.uc3m.es/index.php/CDT>)

FRANZINA, Pietro, “Sulla notifica degli atti giudiziari mediante la posta secondo la convenzione dell'Aja del 1965”, in RDIPP, 2012, pp. 341-362

Study on the application of Council Regulation (EC) No 1393/2007 on the service of judicial and extra judicial documents in civil or commercial matters, European Commission - Directorate-General for Justice, 2014 (disponível em: <https://publications.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/ae2dc230-dd01-49aa-9829-57497c9ee1ce/language-en>)

#### **Bibliografia portuguesa sobre cooperação judiciária internacional em matéria civil (Obtenção de prova no estrangeiro)**

CASANOVA, José Fernando de Salazar, “Cooperação judiciária europeia no domínio da obtenção de provas”, in Scientia Iuridica, Set/Dez 2004, tomo 53, n.º 300, pp. 559-575

PEREIRA, João Aveiro, “Cooperação judiciária europeia em matéria civil e comercial – obtenção de provas”, in Direito e Justiça, vol. 16, 2002, tomo 2, pp. 113-136

SOUSA, Miguel Teixeira de, “Linhas gerais do Regulamento (CE) n.º 1206/2001 relativo à obtenção de provas em matéria civil e comercial”, in CDP, n.º 8, Set./Dez. 2004, pp. 34-43

#### **Bibliografia estrangeira sobre cooperação judiciária internacional em matéria civil (Obtenção de prova no estrangeiro)**

BESSO, Chiara, “Cooperation in the Taking of Evidence: The European Attitude”, in International Journal of Procedural Law, vol. 2, 2012, N.º 1, pp. 68-87 (disponível em: <http://hdl.handle.net/2318/121560>)

ELVIRA BENAYAS, María Jesús

– “Una visión transversal del Reglamento 1206/2001 sobre obtención de pruebas en materia civil y mercantil”, in Anuario español de derecho internacional privado, 2009, pp. 447-461;

– “Tratamiento de la aplicación facultativa del Reglamento 1206/2001 sobre obtención de prueba en la UE”, in CDT, vol. 5, n.º 2, 2013, pp. 538-547 (disponível em: <https://e-revistas.uc3m.es/index.php/CDT/article/view/1822/862>)

GUAL GRAU, Cristian, “Breves apuntes sobre el discovery”, in Actualidad Jurídica Uría Menéndez, n.º 29, 2011, pp. 114-119

#### **Bibliografia portuguesa sobre cooperação judiciária internacional em matéria civil (Outras formas de cooperação judiciária)**

RAMOS, Rui Moura, “Proof of and information about foreign law”, in BFDUC, vol. 90, tomo I, 2014, pp. 431-448

SANTOS, António Marques dos, “A aplicação do direito estrangeiro”, in ROA, ano 60, II, 2000, pp. 647-668

VICENTE, Dário Moura / BRITO, Maria Helena, “Application of Foreign Law (Portugal)”, in Application of Foreign Law, Carlos Esplugues / José Luis Iglesias / Guillermo Palao (ed.), Munich, Sellier, 2011, pp. 301-316

#### **Bibliografia estrangeira sobre cooperação judiciária internacional em matéria civil (Outras formas de cooperação judiciária)**

GARRIGA SUAUA, Georgina, “La creciente potencialidad de la red judicial europea en materia civil y mercantil en la construcción del espacio judicial europeo”, in Anuario español de derecho internacional privado, 2008, pp. 237-255

#### **Bibliografia portuguesa sobre procedimento europeu de injunção de pagamento e processo europeu para ações de pequeno montante**

ABREU, Joana Covelo de

– “O procedimento europeu de injunção de pagamento: solução simplificada de cobrança de créditos transfronteiriços?”, in Anuário Publicista da Escola de Direito da Universidade do Minho, tomo II, 2013, pp. 77-91;

– “O impacto do Regulamento (UE) n.º 2015/2421 no funcionamento das ações de pequeno montante: compreensões quanto à justiça eletrónica europeia”, in Estudos em homenagem ao Professor Doutor António Cândido de Oliveira (coord. Cláudia Sofia Melo Figueiras, Isabel Celeste Monteiro Fonseca, Joaquim Freitas da Rocha e Pedro Madeira Froufe), Coimbra, Almedina, 2017, pp. 511-531



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

MARINHO, Carlos Manuel Gonçalves de Melo, A cobrança de créditos na Europa. Os processos europeus de injunção e pequenas causas, Quid juris, 2012

SOUSA, Miguel Teixeira de, “Revelia do réu: uma incongruência normativa” (21/06/2014) (disponível em: <https://blogippc.blogspot.pt>)

#### **Bibliografia estrangeira sobre procedimento europeu de injunção de pagamento e processo europeu para ações de pequeno montante**

CORREA DELCASSO, Juan Pablo, El proceso monitorio europeo, Madrid, Marcial Pons, 2008

GASCÓN INCHAUSTI, Fernando, “Algunas reflexiones acerca de la oralidad y la prueba en el proceso europeo de escasa cuantía”, in Anuario español de derecho internacional privado, 2006, pp. 285-308

KRAMER, Xandra E., “The European Small Claims Procedure: Striking the Balance between Simplicity and Fairness in European Litigation”, in ZeuP, 2008, n.º 2, pp. 355-373

([https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=1129746](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1129746))

LÓPEZ DE TEJADA RUIZ, María / d' Avout, Louis, “Les non-dits de la procédure européenne d'injonction de payer (règlement (CE) n° 1896/2006 du 12 décembre 2006)”, in Revue crit., vol. 96, n.º 4, 2007, pp. 717-748

LUPOI, Michele Angelo, “Di crediti non contestati e procedimenti di ingiunzione: le ultime tappe dell'armonizzazione processuale in Europa”, in RTDPC, 2008, pp. 171-206

VALENCIA MIRÓN, Antonio José, “El proceso europeo de escasa cuantía: alternativa del juicio verbal en asuntos transfronterizos”, in Anuario español de derecho internacional privado, 2011, pp. 727-771

#### **Bibliografia portuguesa sobre procedimento de decisão europeia de arresto de contas**

ABREU, Joana Covelo de, “O Regulamento n.º 655/2014 que estabelece um procedimento de decisão europeia de arresto de contas: direitos à ação e de defesa em tensão reflexiva no contexto de uma integração judiciária em matéria civil – uma precoce antevisão”, in UNIO E-book Volume I - Workshops CEDU 2016 (coord. Alessandra Silveira), Braga, 2017, pp. 253-276 (disponível em: <http://www.unio.cedu.direito.uminho.pt/>)

MESQUITA, Lurdes Varregoso, “A (des)protecção do devedor na proposta de criação do procedimento europeu específico para o arresto de contas bancárias”, in Estudos em homenagem ao Prof. Doutor José Lebre de Freitas, vol. I, Coimbra, Coimbra Editora, 2013, pp. 991-1020

MONTEIRO, Leonor Valente, “The Bank Account Preservation Procedure in the European Union Regulation (EU) N.º 655/14 of the European Parliament and of the Council 15 of May 2014”, in UNIO - EU Law Journal, Vol. 1, n.º 1, julho 2015, pp. 121-130 (disponível em: <http://www.unio.cedu.direito.uminho.pt/Default.aspx?lang=pt-PT>)

POTT, Paula, “Arresto europeu de contas bancárias: a sua operacionalidade e articulação com as regras de competência consagradas no Regulamento Bruxelas I reformulado”, in Revista do CEJ, 2018, I, pp. 381-417

#### **Bibliografia estrangeira sobre procedimento de decisão europeia de arresto de contas**

ANTÓN JUAREZ, Isabel, “La orden europea de retención de cuentas: ¿adiós a la dificultad que plantea el cobro de la deuda transfronteriza en la UE?”, in CDT, vol. 9, n.º 1, 2017, pp. 5-48 (= <https://doi.org/10.20318/cdt.2017.3612>)

DOMÍNGUEZ RUIZ, Lidia, “La orden europea de retención de cuentas”, in Revista de Derecho Civil, vol. 1, n.º 4, 2014, pp. 243-256 (disponível em: <http://www.nreg.es/ojs/index.php/RDC/article/view/101/69>)

HESS, Burkhard, Study No. JAI/A3/2002/02 on making more efficient the enforcement of judicial decisions within the European Union: transparency of a debtor's assets; attachment of bank accounts; provisional enforcement and protective measures, Dezembro de 2003 (disponível em:

[http://ec.europa.eu/civiljustice/publications/docs/enforcement\\_judicial\\_decisions\\_180204\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/civiljustice/publications/docs/enforcement_judicial_decisions_180204_en.pdf))

#### **Bibliografia sobre procedimento de certificação como Título Executivo Europeu**

MESQUITA, Lurdes Varregoso, O título executivo europeu como instrumento de cooperação judiciária civil na União Europeia: implicações em Espanha e Portugal, Coimbra, Almedina, 2012

SILVA, Paula Costa e, O Título Executivo Europeu, Coimbra, Coimbra Editora, 2005

SOUSA, Miguel Teixeira de, “Pode uma decisão portuguesa ser certificada como Título Executivo Europeu?” (05/07/2014) (disponível em: <https://blogippc.blogspot.pt>)

#### **Bibliografia sobre procedimento de emissão de certificado sucessório europeu (vide bibliografia sobre competência internacional / matéria sucessória)**



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

## Curricular unit sheet

Course \_\_\_\_\_

Curricular unit

(maximum 1000 characters)

Responsible Academic staff and respective workload in the curricular unit (enter full name)

(maximum 100 characters)

Other academic staff and respective workloads in the curricular unit

(maximum 1000 characters)

Learning outcomes of the curricular unit

(maximum 1000 characters)

Syllabus

(maximum 1000 characters) Insolvency Law

Demonstration of the syllabus coherence with the curricular unit's objectives.

(maximum 1000 characters)

Teaching methodologies (including evaluation)

(maximum 1000 characters)

Demonstration of the coherence between the teaching methodologies and the learning outcomes

(maximum 3000 characters)

Main Bibliography

(maximum 1000 characters)

NOTE: this map can be filled in as many times as necessary to describe the different curricular units.